



Articulação comunitária e institucional para a produção de arroz orgânico no entorno de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, em Itapuã - Viamão/RS.

Community and institutional articulation for the production of organic rice around an Integral Conservation and Protection Unit in Itapuã - Viamão / RS

DIEL, Ricardo¹; PORTELA², Edivane; FIOREZE, Claudio³; RAMOS, Gladimir S.⁴; ROCHA, Dayse⁵; BELLÉ, Adilson R.¹;

¹IRGA, ricadiel@gmail.com; ²IRGA, ediportela@gmail.com ; ³IFRS, claudio.fioreze@viamao.ifrs.edu.br; ⁴ASCAR/EMATER/RS, grsouza@emater.tche.br; ⁵SEMA/RS - Parque Estadual de Itapuã, dayse-rocha@sema.rs.gov.br; ⁵UFMS, adilsonbelle@yahoo.com.br

Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias

Resumo: Aqui se apresenta a experiência de articulação institucional e organização comunitária para promover o cultivo de arroz orgânico no entorno do Parque Estadual de Itapuã (PEI), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre - RS. O objetivo foi extrapolar e ampliar a outros locais e atores a exitosa experiência de produção de arroz orgânico, antes restrita só ao pioneirismo e à persistência do assentamento de reforma agrária Filhos de Sepé, no município. Para este propósito, não haveria desafio melhor do que o entorno de unidades de conservação ambientais, como o PEI, visando incorporar suas funções ecológicas num agroecossistema em redesenho. No processo, houve concreta aproximação entre os atores e validação junto ao conselho de gestão do Parque, tornando a experiência participativa e promissora para o desenvolvimento rural de Viamão e território.

Palavras-Chave: arroz orgânico; organização comunitária; capital social; unidades de conservação; agroecossistema.

Key-words: organic rice; community organization; share capital; conservation units; agroecosystem.

Contexto

De um modo geral, as áreas socioambientalmente protegidas são consideradas um entrave para a visão convencional de produção, especialmente por atores do agronegócio, cujo senso comum é de que a natureza detém uma capacidade infinita de repor os recursos naturais necessários ao processo produtivo. Porém, a resiliência dos ecossistemas em geral já foi suplantada em muito: conforme Alves (2018), é a primeira vez que os cálculos sobre o *Overshoot Day* (dia da super exploração ou da sobrecarga) ocorre tão cedo, visto que em 1971 ele havia chegado no dia 21/12; em 1991, no dia 11/10; em 2018, em 01/08.

Esta narrativa um tanto que obscurantista está recrudescendo e encorajando muitos agentes públicos, pressionados por *lobby* de grupos de interesse e corporações a eles associadas, a avançar em medidas que ameaçam o patrimônio natural e social da humanidade, tais como grilagem em terras indígenas e quilombolas; liberação



desmedida de agrotóxicos; acordos comerciais pró-commodities; desmantelamento de órgãos reguladores e de fiscalização ambiental; ataques às universidades, ameaças a ONGs, sindicatos e ambientalistas; entre outras. Enfim, este contexto de deterioração política mais recente tornou ainda mais difícil e desafiador romper com este discurso tecnicista e produtivista. Por outro lado, o crescimento dos custos de produção e o achatamento das margens líquidas na agricultura em geral, fragilizaram ainda mais a agricultura familiar e média, favorecendo ainda mais o avanço das monoculturas do agronegócio.

Mesmo no campo da agroecologia, há muitas vezes um engessamento na busca de soluções conjuntas para com os moradores/agricultores familiares, em especial no entorno de áreas protegidas. Isso é muito contraditório, pois justamente nestas zonas é que se pode construir o nível mais avançado e de fato sustentável de transição agroecológica, ou seja, o de redesenho dos agroecossistemas. Este prevê não só repensar e realocar ocupações rurais, em especial a agricultura/extrativismo, mas também a valorização da agrobiodiversidade na perspectiva transacional e gradativa de incorporar no entorno os serviços ecológicos das áreas protegidas. De outro lado, as unidades de conservação também se beneficiaram pela sensibilização ambiental e ecologização crescente de seu entorno, perfazendo, assim, com o tempo, um *continuum* na paisagem e no agroecossistema.

Porém, há que se considerar, conforme bem afirma Canuto (2017) que o espaço em que se dá a intervenção pró redesenho deve ser “[...] fruto de um processo participativo, onde as formas de fazer variam de tempo para tempo e de território para território estimulando a geração de benefícios advindos da biodiversidade [...]” e “o fortalecimento da estabilidade dos mesmos, reduzindo expressivamente a exigência da utilização de insumos externos aos sistemas”.

Desta forma, este relato resume o trabalho incipiente, mas promissor de experiência no entorno do Parque Estadual de Itapuã, na safra de primavera/verão de 2018/19.

O Distrito de Itapuã localiza-se na região sul do município, entre uma área de agricultura tradicional (arroz, pecuária, extrativismo, etc.) o Guaíba, no início da Laguna dos Patos. A comunidade sedia uma importante Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual do Itapuã (PEI), com 5.566,5 ha (SAA, 1996). Foi originalmente habitada por comunidades indígenas, que foram perdendo seu espaço natural, estando na atualidade restritos a uma pequena área com cerca de 22 ha da comunidade *Tekoá Pindó Mirin*, da etnia *Mbyá-guarani*. Também se encontra no distrito o Hospital Colônia de Itapuã, criado no ano de 1940 com uma área de 1.251 hectares, o qual atendia a uma política de saúde pública que segregava as pessoas portadoras de hanseníase.

Do ponto de vista agropecuário, Itapuã também conta com um grupo de famílias remanescente de uma área da Reforma Agrária. Segundo Eckert (1984), este assentamento foi implantado no ano de 1962, quando o estado era governado por Leonel de Moura Brizola, o qual destinou a área a um grupo de 30 famílias. Porém, com o golpe militar de 1964, a experiência foi se fragilizando por falta de apoio, a ponto



de quase ser extinta. Outro grupo de cunho agrário que compõe a história de Itapuã é a chamada Colônia Japonesa, formada por famílias da região de Kumamoto, no Japão, os quais instalaram-se ali em 1975, dedicando-se à horticultura (ELY, 2008 p.587 apud BARROSO, 2008). Por fim, a comunidade também conta com Colônia de pescadores (Z-4), Associação dos Moradores, Rádio Comunitária, Cooperativa (COMCAVI), entre outras, o que dá uma noção da diversidade de organizações locais.

Descrição da Experiência

Em março de 2018 a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) possibilitou aos agricultores do entorno do PEI a participação na Conferência Internacional de Sistemas de Produção Orgânica de Arroz (ORP3), mobilizando 11 pequenos arroseiros. Depois disso, várias visitas foram realizadas com o objetivo viabilizar um projeto de produção já na safra 2018-19. Foram então feitos vários encontros entre os produtores, o IRGA, a EMATER, a COOTAP, o IFRS e o PEI, inclusive havendo uma reunião com a presença de anciões das famílias de agricultores, para assim conhecer suas trajetórias, interesses e necessidades. Por fim, 4 famílias se envolveram efetivamente, sendo uma da Colônia Japonesa, uma moradora antiga da comunidade e duas remanescentes do antigo Assentamento de Reforma Agrária, local escolhido para as lavouras.

A Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) orientou a certificação orgânica. Fez-se uma parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), com experiência na atividade há mais de 15 anos, para as demandas de secagem, armazenagem e comercialização. O Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR) trouxeram apoio tecnológico e motivação permanente sobre sistemas de produção de arroz de base ecológica. Outra frente importante de tratativas foi estabelecida com o PEI, pois, dentre diversos interesses em comum relacionados a forma de uso e manejo dos recursos naturais do entorno do Parque, também foi pautada a possibilidade de uso futuro da água da Lagoa Negra, um reservatório natural de situado no interior da Unidade.

Para o acompanhamento desta experiência, o IRGA e a EMATER passaram a realizar 2 visitas mensais à comunidade com objetivo de tratar das atividades produtivas, incentivar e ampliar as parcerias. No período de julho a agosto de 2018 as famílias de agricultores fortaleceram os laços com a COCEARGS e a COOTAP, resultando na decisão de realizarem a certificação orgânica, encaminhar o financiamento de uma parte dos custos das lavouras e definir sobre a venda da produção. No mês de agosto houve aproximação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Viamão, que ajudou na articulação política, no financiamento de parte dos insumos através do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (Programa EcoViamão), além de participar em atividades incluindo seus bolsistas.

Cumprir destacar o papel decisivo dos técnicos do escritório municipal do IRGA e da EMATER em fomentar e participar de todas as atividades ligadas à experiência em



curso, bem como o fornecimento de sementes básicas e certificadas (oriundas da Estação Experimental do IRGA de Cachoeirinha-RS) e da realização do trabalho de certificação dos campos de sementes. Isso proporcionou a produção de sementes de excelente qualidade para a cadeia produtiva do arroz orgânico dos assentamentos do Rio Grande do Sul, que se aproxima dos 5.000 hectares. O IRGA também contribuiu com a promoção de um curso de formação em produção de sementes de arroz para os agricultores do projeto, que aconteceu na sede do PEI no dia 25 de janeiro de 2019.

No dia 07 de março de 2019, os parceiros do projeto ofereceram à comunidade um evento singelo, porém pleno de simbolismo, que foi a Celebração da colheita do arroz orgânico de Itapuã, valorizando a parceria construída para o processo de transição agroecológica no entorno do PEI. Finalmente, ocorreram reuniões nos meses de março e junho de 2019 com o Conselho Consultivo do PEI onde apresentou-se os resultados obtidos com a experiência do cultivo orgânico do arroz, bem como discutir sobre as possibilidades de uso de pequena parte da água da Lagoa Negra, localizado no PEI, como reserva hídrica para irrigação do arroz em caso de estiagens ou ainda de ampliação da área nos próximos anos.

Resultados

A experiência na comunidade de Itapuã contou com a participação direta de 4 famílias de agricultores locais e 6 parceiros externos e a avaliação é de que os resultados alcançados, sejam eles produtivos ou socioambientais, foram considerados positivos e promissores. Da área total de 32 hectares cultivados com arroz orgânico certificado, 20 ha foram de produção de sementes, com produtividade de 96,3 sc/ha, e os demais 12 ha para a produção de grãos, com produtividade de 86 sc/ha. A alta qualidade expressa no índice de germinação, vigor e sanidade das sementes conferiu uma bonificação de até 40% a mais no valor pago aos produtores do que o mercado convencional. A lavoura gerou uma renda média de cerca de 1,8 salário mínimo por UTH/mês, ou seja, um resultado econômico positivo para as pessoas que se envolveram diretamente na produção.

Ademais, tão importante quanto os resultados econômicos, foi a abertura de um canal de diálogo entre o PEI, através de sua gestão atual, com a comunidade e as demais instituições de extensão, assistência técnica, ensino e pesquisa do município, presentes num Conselho Consultivo. Reativou-se o debate do Plano de Manejo, do uso da água da Lagoa Negra, entre outros temas, abrindo um leque de possibilidades agroecológicas até então de certa forma bloqueadas.

Por fim, a perspectiva local é de aumento do número de famílias e da área cultivada com arroz orgânico, especialmente para semente. Por outro lado, abre-se a oportunidade de novas possibilidades, como outras atividades produtivas sustentáveis, com propósito de intensificar as interações socioambientais positivas ligadas ao PEI e a comunidade do seu entorno, bem como, a longo prazo, no território das Bacias Hidrográficas do Lago Guaíba, Gravataí e Litoral Médio, cujas características se assemelham.



Figura 1. A) imagem do Google *maps* da comunidade de Itapuã, o PEI com sua Lagoa Negra, ao lado da qual estava a área de 32 ha de arroz orgânico. B) imagem da atividade de *Roguing* (retirada de plantas indesejáveis) na área de produção de sementes, com bolsistas do IFRS sob orientação do IRGA e da EMATER de Viamão.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. Dia da Sobrecarga da Terra (*Earth Overshoot Day*). Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2018/07/04/dia-da-sobrecarga-da-terra-earth-overshoot-day-01-de-agosto-de-2018-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 04 de jul. de 2019.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Raízes de Viamão**. Porto Alegre: FAPA, 2008. 456 p.

CANUTO, João Carlos. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017, v. 22, n. 2, maio-agosto, p.137-151.

ELY, Nilza Huyer. As colônias Japonesas de Itati e Itapuã. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Raízes de Viamão**. Porto Alegre: FAPA, 2008. p.587 – 588.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)**. 1984. (???Número páginas?) Tese (Doutorado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola?) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1984.

FRAGA CIRNE, Paulo Roberto de. Um pouco de Itapuã. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Raízes de Viamão**. Porto Alegre: FAPA, 2008. p.569 – 581.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Itapuã**. Departamento estadual de recursos naturais renováveis. Porto Alegre, 1996.